EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

October 2022 | PT



A perspetiva dos cidadãos – 3.ª temporada, episódio 21: prémios da produção biológica e situação dos alimentos biológicos na Europa

Neste episódio, exploramos a agricultura biológica, a produção biológica e a alimentação biológica através do prisma dos primeiros prémios europeus da produção biológica. Estes prémios foram atribuídos, em setembro de 2022, a oito organizações europeias que se destacam na cadeia alimentar biológica, de Melhor Região e Exploração Agrícola Bio a Melhor Restaurante e PME Bio. Quais as perspetivas de atingir a meta europeia de dedicar 25% da superfície agrícola à agricultura biológica até 2030? Os alimentos biológicos contribuem para a segurança alimentar e para a acessibilidade dos preços dos alimentos em tempos de crise energética e de preços? Em caso afirmativo, de que forma? Estas são algumas das perguntas que abordaremos com os nossos convidados **Peter Schmidt** (CESE), **Alexander Wugk** (Lilla Bjers), **Michel Pâque** (Ferme à l'Arbre), **Jörg Daunke** (J. Kinski), **Eddy Wax** (*Politico Europe*). (tk)

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA

Available Languages:

EDITORIAL



Editorial

Caras leitoras, caros leitores,

Gostaria de utilizar este espaço para chamar a atenção para duas futuras iniciativas do CESE que abordam os maiores problemas atuais a nível mundial: a emergência climática e a guerra na Ucrânia.

A reunião anual da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 27)** terá lugar em Charm el-Cheikh, no Egito, de 6 a 18 de novembro. A fasquia não podia ser mais elevada: a enorme devastação e sofrimento em todo o mundo, causados pela ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, há muito previstos pelos modelos de alterações climáticas, tornam ainda mais urgente a adoção de medidas. Esta semana, o CESE votará uma resolução dirigida aos líderes mundiais, enquanto estes se preparam para se reunir mais uma vez em vista de um acordo que afaste o planeta da catástrofe climática iminente. A resolução solicita que sejam adotadas decisões corajosas sobre as questões-chave em debate – financiamento climático, adaptação, perdas e danos e medidas mais ambiciosas – nas quais todos os setores têm um papel a desempenhar. Nos últimos anos, o CESE tem assumido posições firmes sobre todos esses assuntos. A voz dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil faz-se ouvir alto e bom som.

Importa reconhecer o caráter inadiável da emergência climática. Os impactos das alterações

climáticas afetam a sociedade, os cidadãos e a economia e põem em risco a estabilidade social. Não se trata apenas de uma questão ambiental, mas de uma ameaça existencial. Incentivo cada um de vós, tanto a título individual como através das vossas organizações, a difundir a mensagem da nossa resolução, para que a voz da sociedade civil europeia se faça ouvir em Charm el-Cheikh.

Posteriormente, em 24 e 25 de novembro, o CESE irá organizar um debate triplo em Zagrebe, na Croácia, sobre **a guerra na Ucrânia e o seu impacto na UE**, que procurará responder a três questões fundamentais: De que forma irá a guerra e o estatuto da Ucrânia de novo país candidato à adesão afetar o alargamento da UE e as perspetivas dos candidatos de longa data? Quais serão as repercussões nas escolhas energéticas da Europa e na via para a neutralidade carbónica, num contexto de aumento dos preços da energia, que está a causar enormes perturbações económicas e a testar a determinação ecológica dos nossos países? A comunicação desempenha um papel fundamental nesta guerra: quem está a vencer, quais as novidades da linha da frente, e de que forma enfrenta a Europa a nova vaga de desinformação?

A edição deste ano contará também com a presença de renomados especialistas e formadores de opinião, que partilharão os seus pontos de vista e debaterão com as organizações da sociedade civil que enfrentam os impactos da guerra, nomeadamente empregadores a braços com faturas de energia elevadíssimas que põem em risco o seu negócio, trabalhadores em dificuldades para aquecer as suas casas e fazer face às despesas mensais e ativistas que acolhem o enorme afluxo de refugiados. É muito provável que a sua organização se confronte com os mesmos problemas, pelo que poderá ter interesse em participar no evento em linha. Incentivamos a sua participação no debate, ajudando a manter viva a cultura do diálogo construtivo e das informações assentes em factos verificados nestes tempos sombrios, em que ambos estão sob ameaça.

Siga este espaço!

Cillian Lohan
Vice-Presidente do CESE responsável pela Comunicação

AGENDA

26 e 27 de outubro de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

6 a 18 de novembro de 2022, Charm el-Cheikh

O CESE na COP 27

24 e 25 de novembro de 2022, Zagrebe

Seminário sobre o tema «Conectar a UE»

DIRETO AO ASSUNTO

Nesta rubrica, convidamos os membros do CESE a chamarem a atenção para temas que lhes interessam particularmente e que estão no centro do seu trabalho. Pela terceira vez desde 2017, o Parlamento Europeu organiza a Semana Europeia da Igualdade de Género, de 24 a 30 de outubro. Este tema é uma prioridade para a UE no seu conjunto e, em especial, para o Comité, que defende a igualdade de direitos.

Maria Nikolopoulou, presidente do Grupo para a Igualdade do CESE, salienta os elementos que ligam as duas instituições, a forma como o Comité pretende participar neste projeto, as questões que exigem maior atenção e as ações concretas que serão realizadas no CESE durante a Semana da Igualdade de Género.



MARIA NIKOLOPOULOU: SEMANA EUROPEIA DA IGUALDADE DE GÉNERO NO CESE

Pelo segundo ano consecutivo, o CESE colabora com o Parlamento Europeu e relança a iniciativa da Semana Europeia da Igualdade de Género. O objetivo é incluir a perspetiva de género nos debates levados a cabo no âmbito do seu trabalho regular.

O CESE decidiu organizar uma série de eventos durante as reuniões de outubro e novembro das suas secções e da Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI). Além disso, na sua reunião plenária de outubro, que se realizará durante a Semana Europeia da Igualdade de Género, o CESE realizará um debate com a deputada e vice-presidente do Parlamento Europeu, **Evelyn Regner**, responsável por este projeto no Parlamento.

O CESE acolheu com agrado esta iniciativa e espero que possamos mantê-la durante o tempo que for necessário para sensibilizar para o facto de que, apesar de avançarmos no sentido de uma igualdade efetiva entre homens e mulheres, os progressos não são suficientemente rápidos nem estão consolidados. A nossa sociedade é abertamente contra a desigualdade, a discriminação e a violência contra as mulheres. Consciente e publicamente, os direitos das mulheres estão a ser defendidos e respeitados pela maioria. Infelizmente, algumas atitudes e discursos estão tão profundamente enraizados que algumas pessoas caem inconscientemente na armadilha e os perpetuam, enquanto outras o fazem conscientemente, no intuito de

bloquear a mudança social.

As competências das secções do CESE dão-nos a oportunidade de destacar a posição das mulheres em diversos contextos, dos mais dominados pelos homens àqueles em que estão mais representadas. A igualdade de género não é uma «coisa das mulheres». É uma condição indispensável para a construção de sociedades justas, resilientes e prósperas, razão pela qual mulheres e homens devem travar esta luta lado a lado, num espírito de respeito e apoio mútuos.

Maria Nikolopoulou, membro do CESE e presidente do Grupo para a Igualdade

---



IMAGINAR A UCRÂNIA...

Na coluna «Imaginar a Ucrânia», publicamos fotografias que ilustram a guerra na Ucrânia e as suas consequências. Muitas vezes, são jornalistas que nos trazem estes documentos, pois vão onde nós não podemos ir e registam os eventos, evitando que caiam no esquecimento.

Esta fotografia foi tirada, selecionada e comentada por **Jowita Kiwnik Pargana**, jornalista polaca, correspondente junto das instituições da UE e autora de várias reportagens na Ucrânia.

Enquanto escolho esta fotografia, os russos lançam mísseis sobre Kiev, Lviv, Dnipro, Kharkiv e Zaporíjia. A vingança de Putin ao ataque à ponte da Crimeia torna estas imagens tristemente recorrentes. Nessa noite, as sirenes começaram a ecoar às duas da manhã. Oleksiy Kolomyets, ex-atleta olímpico na modalidade de biatlo pela URSS, portador da tocha nos Jogos Olímpicos de Moscovo em 1980, acordou a sua família. Correram para o abrigo que Oleksiy improvisou na cave da sua casa, onde dispôs tapetes, cobertores, edredões, sacos-cama, mantimentos e armas escondidas debaixo de um colchão. A mulher de Oleksiy, Lyudmila, e o seu neto adormeceram enroscados no sofá. Oleksiy deixou-se ficar sentado no pavimento a vigiar. Uma hora depois, o alarme deixou de soar. Mas, de manhã, as sirenes ressoaram novamente, como já era hábito nos últimos dias, pelo que tomaram o pequeno-almoço na cave. Desde 24 de fevereiro, os abrigos antiaéreos tornaram-se uma realidade quotidiana para os ucranianos. Muitas estações de metro e caves em hospitais, teatros e escolas foram transformados em abrigos. Alguns ucranianos, como Oleksiy, refugiam-se na cave da sua casa.

Jowita Kiwnik Pargana, jornalista polaca, correspondente da Deutsche Welle em Bruxelas, autora de várias reportagens realizadas na Ucrânia ocupada.

«UMA PERGUNTA A...»



«Uma pergunta a...»

Na secção «Uma pergunta a...» pedimos aos membros do CESE que nos expliquem por que razão determinado parecer é importante para a legislação europeia do ponto de vista da sociedade civil organizada. Desta vez, fizemos a pergunta a Tomasz Wróblewski, autor do parecer sobre a ação judicial estratégica contra a participação pública.

CESE: *É o relator do Parecer – Iniciativa de combate à litigância de má-fé contra jornalistas e defensores dos direitos (SOC/734). O acrónimo inglês SLAPP (Strategic Lawsuits Against Public Participation) é ainda desconhecido e significa ações judiciais estratégicas contra a participação pública num debate democrático. O recurso a esse tipo de ações é prejudicial para a liberdade de expressão, em especial, para os jornalistas de investigação, uma vez que conduz a situações de intimidação e assédio pela via judicial. Para contrariar essa situação, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de diretiva da UE sobre a proteção das pessoas envolvidas em processos judiciais manifestamente infundados ou abusivos contra a participação pública. Qual é a avaliação do CESE dessa proposta e de que forma se poderá assegurar a sua eficácia?*



Tomasz Wróblewski: O que são ações judiciais estratégicas contra a participação pública e por que as devemos combater

A liberdade de expressão e a liberdade de debate público estão no cerne das democracias modernas. A capacidade de prestar informações, expressar opiniões ou apresentar pontos de vista é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade civil informada. São esses valores fundamentais que norteiam a ação contra as ações judiciais estratégicas contra a participação pública.

O recurso a instituições jurídicas e judiciais para assediar e intimidar jornalistas, ativistas sociais, defensores dos direitos humanos, denunciantes ou cidadãos comuns empenhados em assuntos públicos tem vindo a aumentar nos últimos anos. Por conseguinte, o CESE congratula-se com a iniciativa da Comissão Europeia que visa fornecer instrumentos adequados de defesa contra a instrumentalização da justiça, que limita o fluxo de informações e as possibilidades de apresentar opiniões e pontos de vista.

Os mecanismos propostos pela Comissão são os mais adequados. No entanto, a fim de proporcionar uma resposta abrangente para o problema, vale a pena ponderar a possibilidade de alargar a sua lista. Uma vez que a diretiva prevista é de natureza transfronteiriça, é necessária uma ação simultânea de cada país para rever as medidas jurídicas existentes e aplicar soluções nacionais que também proporcionem uma proteção adequada a esse nível contra as ações judiciais estratégicas contra a participação pública.

Ademais, importa não descurar a importância extrema de uma educação adequada. Há que sensibilizar os profissionais da justiça e os participantes no debate público para a ameaça que representam as ações judiciais estratégicas contra a participação pública e para as possibilidades de defesa proporcionadas pela diretiva e pela legislação nacional.

Tomasz Wróblewski, membro do CESE

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Na secção «O convidado surpresa» ficamos a conhecer os pontos de vista e opiniões de pessoas cujas atitudes, ações e atividades são dignas de ser assinaladas e divulgadas junto do público. Na presente edição, publicamos um artigo de Jowita Kiwnik-Pargana, jornalista polaca e correspondente junto da União Europeia.

Jowita Kiwnik-Pargana é uma jornalista polaca, que trabalhou para a *Gazeta Wyborcza* e para a PAP, a agência noticiosa estatal polaca. Licenciada pela Escola de Jornalismo Polaca, é correspondente acreditada junto da União Europeia há vários anos e trabalha na redação polaca da *Deutsche Welle*, em Bruxelas. É autora de numerosos artigos no domínio dos assuntos sociais, culturais e internacionais. Desde fevereiro de 2022, viaja regularmente para a Ucrânia para documentar os eventos relacionados com a guerra e fazer reportagens sobre a vida dos ucranianos.



Jowita Kiwnik-Pargana: Os meus heróis ucranianos

Começou na fronteira. Pouco depois do início da guerra na Ucrânia, dirigi-me ao ponto de passagem fronteiriço, desta vez não para trabalhar, mas para levar ajuda humanitária. Nessa altura, um fluxo constante de pessoas, principalmente mulheres e crianças, atravessava a fronteira – todos os seus planos de vida se haviam esfumado de um dia para o outro.

Encontrei mulheres que conseguiram arrumar todos os seus pertences numa única mochila e andaram dezenas de quilómetros a pé até à fronteira, empurrando carrinhos de bebé com as crianças. Deixaram os seus maridos e filhos no país, não sabendo onde dormiriam nessa noite nem quem as acolheria.

Desloquei-me à Ucrânia pouco depois, desta vez na qualidade de jornalista, para mostrar como a guerra transforma a vida das pessoas.

Ouvi o relato da Inna de Mariupol, que se escondeu numa cave durante três semanas e viu os corpos dos vizinhos espalhados na rua, sem que pudesse enterrá-los, devido aos bombardeamentos constantes em seu redor.

O Petro, também de Mariupol, contou-me que procurou água para beber nas dobras dos radiadores de ferro fundido.

E há também a Halina, de 82 anos, que ficou sozinha durante a guerra e que me relatou: «Vi uma senhora velhinha. Fui ter com ela e reparei que estava a chorar. Então disse-lhe: "Não chore; aonde for, irei consigo. Não a abandono".»

Recordo as crianças ucranianas que me contaram o que significava para elas a guerra. A Alisa, de cinco anos de idade, sabia que estavam a ser mortas pessoas durante a guerra. E o Zhenia, com doze anos, disse-me com convicção que o Putin não é um presidente, mas um ditador.

Fiquei a conhecer a história da menina, cuja mãe portadora a abandonou logo após o nascimento, e cujos pais biológicos nunca deram sinal de vida.

A lista dos heróis da minha reportagem é longa. Por trás de cada nome, esconde-se uma história diferente marcada pela guerra. Não é fácil ouvir essas histórias, mas é nestes momentos que uma jornalista tem de mostrar nervos de aço.

Não é o momento de mostrar as nossas emoções, não estamos aqui para chorar com os nossos heróis, apenas para ouvir as suas histórias. As lágrimas vêm mais tarde, depois do trabalho, em casa.

Os ucranianos relatam-nos abertamente as suas histórias. Querem falar sobre as atrocidades perpetradas pelos russos, querem derrotar a desinformação russa, segundo a qual os ucranianos simulam os ataques e são eles os assassinos.

A nossa missão, enquanto jornalistas, é mostrar ao mundo o que se passa verdadeiramente na Ucrânia.

NOTÍCIAS DO CESE



Debate no CESE louva a prioridade concedida às PME nas futuras medidas da UE

Num debate sobre os desafios e as perspetivas das PME na UE, organizado pelo CESE, foram acolhidas com agrado as medidas anunciadas no discurso sobre o estado da União. Além disso, face à preocupação com o número crescente de transferências de empresas, debateram-se as propostas do CESE que visam facilitar a situação.

No âmbito da reunião plenária do CESE de 22 de setembro, realizou-se um debate sobre **«As PME na Europa: desafios e perspetivas»**, no qual participaram **David Clarinval**, ministro para as PME da Bélgica, **Isabelle Schömann**, secretária confederal da Confederação Europeia de Sindicatos, e **Véronique**

Willems, secretária-geral da SMEunited. Foi também apresentado um relatório do CESE sobre a transferência de empresas na UE.

David Clarinval apresentou a situação heterogénea das PME na Bélgica, elencando os seus pontos fortes – digitalização, inovação, acesso ao financiamento – e as suas fragilidades – escassez de mão de obra qualificada, indexação automática dos salários, atrasos nos pagamentos, e declarou que «o mercado único é fundamental para estas empresas. No entanto, nem sempre é perfeito. Mesmo atualmente, as respostas aos problemas com a energia poderiam, em muitos casos, permanecer no nível nacional». Em seguida, descreveu as medidas adotadas pelas autoridades belgas para ajudar as empresas a enfrentar a crise energética, com destaque para os regimes de flexibilidade dos pagamentos.

Isabelle Schömann reconheceu que, embora fosse positivo apoiar as PME nestes tempos difíceis, revendo as regras em matéria de auxílios estatais e a política de concorrência, e embora fosse útil investir na educação, na melhoria de competências e na requalificação para ajudar as empresas a fazer face às transições ecológica e digital, o certo é que as empresas em geral e as PME não devem encarar a dimensão social da dupla transição apenas pelo prisma das competências. Afirmou que, à semelhança das crises recentes, «não é aceitável que as empresas, sejam elas grandes ou pequenas, tenham acesso a fundos públicos sem a imposição de condições. É necessário assegurar as condições sociais para preservar o emprego, sobretudo emprego de qualidade, o que também inclui o exercício efetivo da democracia no local de trabalho através da informação e da consulta dos trabalhadores. A antecipação da mudança não é uma questão que caiba apenas às empresas. Estas têm de enfrentar a situação em conjunto com os trabalhadores, para que todos possam aceitar as medidas que estão a ser aplicadas».

Véronique Willems louvou as novas medidas anunciadas no discurso da presidente da Comissão sobre o estado da União, em particular os limites máximos de receitas para os produtores de eletricidade e o pacote de medidas de apoio para as PME necessitadas, em especial a Diretiva Atrasos de Pagamentos, uma vez que «simplesmente não é justo que uma em cada quatro falências se deva ao atraso no pagamento de faturas». «Neste mandato, a Comissão lançou várias iniciativas que afetarão as PME. Contudo, ainda não podemos considerar que constituam um quadro jurídico facilitador», afirmou, assinalando os elementos em falta do ponto de vista da sua organização, nomeadamente a necessidade de aumentar a eficácia do teste às PME e de aliviar os encargos regulamentares, e destacando que «a abordagem "entra um, sai um" não resolve o problema. Temos de adotar uma abordagem "entra um, saem vários"». (dm)



CESE apela à introdução de uma avaliação da perspetiva dos jovens pela UE em toda a legislação futura

Na reunião plenária de setembro, o CESE adotou um parecer de iniciativa sobre a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE. Há vários anos que os jovens exigem que a sua voz seja ouvida nos processos de decisão. Com este parecer, o CESE torna-se o primeiro órgão da UE a apoiar o seu apelo para que seja criado um mecanismo que avalie o impacto da legislação futura nos jovens.

O Comité considera que, para se conseguir um impacto duradouro e um legado que perdure após o Ano Europeu da Juventude, importa assegurar a participação dos jovens na elaboração de políticas.

«Os jovens exigem uma avaliação da sua perspetiva pela UE», afirmou a relatora do parecer do CESE, **Katrīna Leitāne.** «Para melhorar os regulamentos e políticas da UE, cumpre introduzir a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE, um instrumento de avaliação de impacto que visa assegurar, através do diálogo profícuo com os jovens e da proposta de medidas de atenuação, que as políticas da UE não têm repercussões negativas nos jovens e nas gerações futuras», acrescentou.

O CESE regista a referência à avaliação da perspetiva dos jovens pela UE na comunicação da Comissão Europeia sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa. Contudo, salienta que a proposta da Comissão não cumpre os objetivos da proposta original, não contempla uma colaboração significativa com organizações e peritos em matéria de juventude nem a integração sistemática da juventude em todas as políticas a fim de ter em conta o impacto a longo prazo das políticas nas gerações futuras.

O CESE apela também para uma maior cooperação interinstitucional para alinhar as iniciativas bem-sucedidas existentes como o Diálogo da UE com a Juventude, «A tua Europa, a tua voz» e o Encontro Europeu da Juventude. Além disso, apresenta uma lista de propostas para fomentar a participação dos jovens nas suas atividades e continuará a ponderar formas de integrar o conceito de avaliação da perspetiva dos jovens pela UE no seu trabalho. (gb)



CESE defende fundo de ajustamento às alterações climáticas para assegurar resposta rápida às crises

Num parecer de iniciativa, o CESE propõe a criação de um fundo de ajustamento às alterações climáticas que assegure uma resposta rápida às novas crises climáticas e energéticas. O fundo complementaria as atuais políticas da UE e asseguraria uma utilização mais eficaz do financiamento existente.

A título de exemplo, embora os Estados-Membros tenham beneficiado de um excelente apoio do Fundo de Solidariedade da União Europeia desde 2002, o orçamento anual deste fundo, no valor de 500 milhões de euros, por si só, não é suficiente para cobrir os custos dos danos causados pelas catástrofes naturais em 2021. Só os prejuízos das inundações na Europa Ocidental foram estimados em 38 mil milhões de euros.

O relator, **Ioannis Vardakastanis**, afirma que «a nossa visão para o fundo de ajustamento às alterações climáticas é dotar a UE de um mecanismo de financiamento sólido que utilize os fundos existentes para disponibilizar uma resposta rápida a situações de emergência e ajudar a reconstruir as comunidades afetadas. Trata-se de um instrumento ambicioso que visa reconstruir e proteger as regiões atingidas por crises climáticas, energéticas e ambientais que exigem uma resposta urgente».

Ademais, no momento da elaboração do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 e do plano de recuperação «Next Generation EU», não se previa a crise energética atual. O fundo de ajustamento às

alterações climáticas permitiria responder de forma mais eficaz do que os instrumentos em vigor a necessidades urgentes de investimento em fontes de energia alternativas. Este é um aspeto com particular relevância no momento atual, em que muitas pessoas não conseguem pagar as faturas do gás ou da eletricidade.

«Não estamos suficientemente preparados para fazer face a emergências e catástrofes causadas pelas alterações climáticas e pela crise energética, nem no que diz respeito ao volume de financiamento nem em termos de rapidez de intervenção», afirma **Judith Vorbach**, correlatora do parecer. «A criação de um fundo de ajustamento às alterações climáticas seria um instrumento importante para resolver esse problema», acrescenta. (tk)



UE deve colocar a tónica na sustentabilidade social

Num parecer de iniciativa, o CESE solicita à Comissão que apresente as disposições necessárias para alargar a taxonomia de sustentabilidade da UE aos objetivos sociais. Como previsto no Regulamento Taxonomia, a Comissão está incumbida de publicar um relatório sobre essa matéria, mas, até à data, não o fez.

«O CESE apela para uma taxonomia da UE abrangente, que integre a sustentabilidade ambiental e social. Uma taxonomia social ajudaria a canalizar o investimento para objetivos sociais», afirma **Judith Vorbach**, relatora. «A taxonomia social deve constituir um padrão de excelência que espelhe um nível de ambição mais elevado do que o previsto na legislação.»

A taxonomia da UE é um sistema de classificação que elenca as atividades económicas ambientalmente sustentáveis no intuito de mobilizar investimento sustentável para a consecução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

O CESE considera que o estabelecimento de uma taxonomia social ajudaria a combater as falsas alegações das empresas que pretendem atrair investidores socialmente responsáveis, fornecendo informações exatas sobre a sua pegada social. Se bem enquadrada, a taxonomia social pode contribuir em grande medida para evitar as chamadas «medidas sociais de fachada», inspiradas pelo *modus operandi* do «branqueamento ecológico».

Kęstutis Kupšys, membro do grupo de estudo, salienta que o setor financeiro está interessado em debater a taxonomia social. «Há uma procura de produtos financeiros sustentáveis no mercado, incluindo do ponto de vista social», afirmou. «Enquanto não dispusermos de uma classificação clara sobre o que é considerado “social”, não será possível integrar esta dimensão no domínio dos investimentos sustentáveis.» (tk)



Direitos fundamentais e Estado de direito: é tempo de passar das recomendações à ação!

Em 26 de setembro, o CESE organizou uma conferência sobre a mais recente edição do relatório da Comissão Europeia sobre o Estado de direito, a fim de debater formas de assegurar que as recomendações do relatório se traduzem em melhorias concretas nos Estados-Membros.

O relatório da Comissão Europeia sobre o Estado de direito inclui, pela primeira vez, recomendações específicas por país em matéria de justiça, corrupção, meios de comunicação social e equilíbrio de poderes. A evolução a este respeito tem sido assimétrica na União e continua a suscitar profunda preocupação nalguns Estados-Membros.

«A UE deve utilizar em permanência todos os instrumentos à sua disposição – incluindo a condicionalidade orçamental – para combater quaisquer ataques à democracia, ao Estado de direito ou aos direitos humanos, logo que sejam identificados, e onde quer que ocorram», afirmou a presidente do CESE, **Christa Schweng**, na abertura da conferência.

O comissário da Justiça, **Didier Reynders**, declarou que «este ano, ficou novamente demonstrada a necessidade fundamental de enraizar uma cultura forte do Estado de direito na UE. A par dos nossos esforços conjuntos para ajudar a Ucrânia a defender a sua soberania e integridade, só podemos manter a nossa credibilidade se protegermos o Estado de direito também no interior da União Europeia.»

A conferência foi igualmente a ocasião de apresentar o segundo relatório de síntese do Grupo Eventual do CESE para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, que proporciona uma panorâmica das visitas de estudo realizadas por este grupo à Dinamarca, à Alemanha, à Irlanda, à República Checa, à Espanha, a Chipre e à Lituânia em 2020 e 2021. **Cristian Pîrvulescu**, presidente do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, explicou que «não obstante o bom nível geral de resiliência dos sistemas democráticos nos países visitados, a necessidade de mecanismos de salvaguarda e de pesos e contrapesos, incluindo o papel da sociedade civil enquanto guardiã, é mais evidente do que nunca».

Na sua alocução de encerramento, **Edita Hrdá**, representante permanente da República Checa junto da UE, salientou a importância da sociedade civil, afirmando que «a sociedade civil é capaz de dar vida aos direitos humanos. A promoção do Estado de direito é uma tarefa permanente, que exige não só a nossa cooperação, mas também uma vigilância constante.» (gb)



Prémios europeus da produção biológica 2022: melhores PME, loja de produtos alimentares e restaurante vêm da Alemanha, Bélgica e Suécia

Em 23 de setembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) anunciou os vencedores dos primeiros prémios europeus da produção biológica, organizados conjuntamente com a Comissão Europeia e outros parceiros para recompensar a excelência na cadeia de valor biológica europeia.

Os vencedores foram:

- Melhor Pequena e Média Empresa no setor da transformação de produtos biológicos: **Goodvenience.bio GmbH** – Magdala, Turíngia, Alemanha
- Melhor Loja de Produtos Alimentares Bio: **La ferme à l'arbre de Liège** – Lantin, Liège, Bélgica
- Melhor Restaurante Bio: **Lilla Bjers HB** – Visby, ilha de Gotland, Suécia

Os vencedores de cada categoria foram anunciados numa cerimónia especial, que teve lugar na Comissão Europeia e que marcou o Dia Biológico da UE, com a participação de **Janusz Wojciechowski**, comissário da UE responsável pela Agricultura.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, declarou: «Ao longo dos últimos anos, o CESE assumiu um papel proeminente na defesa de uma política alimentar mais sustentável e abrangente na UE. Regozijamo-nos, assim, por coorganizarmos estes prémios, o que nos permite sensibilizar para o contributo que o setor biológico pode dar para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis.»

«Os vencedores mostraram hoje a forma como trabalham diariamente para concretizar a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e mais justos», afirmou **Peter Schmidt**, presidente da Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente (NAT) do CESE.

Os prémios foram lançados no âmbito do compromisso assumido no Plano de Ação da Comissão para o Desenvolvimento da Produção Biológica de recompensar a excelência na cadeia de valor biológica, do agricultor ao restaurante. (ks)



Tecnologias de remoção de carbono aplicadas na indústria são imprescindíveis para cumprir objetivos do Pacto Ecológico

Na reunião plenária de setembro, o CESE adotou um parecer de iniciativa sobre as tecnologias de remoção de carbono para a descarbonização da indústria.

A adoção da Lei Europeia em matéria de Clima veio estabelecer uma meta ambiciosa de redução das emissões para 2030 e confirmar o objetivo de neutralidade climática para 2050. Para cumprir estes objetivos, será necessário implantar tecnologias de remoção de dióxido de carbono. Quanto mais lenta e débil for a redução das emissões de gases com efeito de estufa, maior será a dependência da remoção de dióxido de carbono para cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

«A descarbonização exigirá uma transformação profunda das atividades industriais nos próximos 30 anos», afirmou **Andrés Barceló Delgado**, relator do parecer. «Embora já existam muitas tecnologias hipocarbónicas, o seu progresso ainda é incipiente. Serão necessários roteiros tecnológicos ambiciosos para expandir e implantar de forma generalizada estas tecnologias revolucionárias, cabendo à UE promover a inovação através dos fundos para o clima e a inovação», acrescentou.

Em função do momento em que é levada a cabo, a remoção de dióxido de carbono pode servir dois objetivos distintos: i) alcançar com maior celeridade níveis líquidos nulos de emissões, compensando as emissões provenientes de setores em que a redução é mais difícil e, deste modo, aumentando a probabilidade de permanecer dentro dos limiares de temperatura; ou ii) fazer baixar o aquecimento global para níveis inferiores aos limiares, após um pico de temperatura que tenha ultrapassado os limiares.

«O desenvolvimento de tecnologias, bem como a educação e a requalificação dos trabalhadores são determinantes para a transição ecológica na indústria transformadora. O diálogo social tanto a nível regional como a nível dos Estados-Membros e da UE deve promover a sensibilização, a aceitação e o apoio em prol da transição ecológica e justa na indústria. A fim de assegurar uma transição industrial eficaz, que não deixe ninguém para trás, será fundamental reforçar capacidades e criar projetos para definir as principais competências», declarou **Monika Sitárová**, correlatora do parecer. (ks)



Energia: CESE adverte contra criação de novas dependências

Num parecer recente, o CESE manifesta o seu apoio ao plano REPowerEU da Comissão Europeia, que visa libertar a UE da dependência do gás e do petróleo russos. No entanto, salienta que muitos dos problemas que estão agora a ser resolvidos com urgência poderiam ter sido evitados, ou pelo menos limitados, há muito tempo através da redução da dependência das importações de energia e da conclusão do mercado da energia, tal como solicitado pelo CESE há anos.

No parecer, adotado na reunião plenária de setembro e elaborado por **Stefan Back, Thomas Kattnig** e **Lutz Ribbe**, o Comité chama a atenção para o risco de a combinação de efeitos económicos e sociais da crise atual colocar o sistema democrático da UE sob pressão, caso não sejam encontradas soluções adequadas. Importa adotar medidas imediatas para garantir a segurança do abastecimento a preços tão acessíveis quanto possível, tanto para os consumidores individuais como para a indústria, que estão a ser

duramente afetados pelos aumentos drásticos dos preços, a fim de atenuar o risco de agitação social.

Embora reconheça que o plano REPowerEU constitui um passo na direção certa, o CESE adverte para o facto de que as medidas de emergência não devem criar novas dependências nem minar os esforços no sentido de alcançar a neutralidade climática o mais rapidamente possível.

A Comissão deve desenvolver uma estratégia geopolítica de importação de energia, que tenha em conta as questões energéticas e climáticas urgentes, antes de celebrar parcerias energéticas com países não democráticos ou politicamente instáveis.

De acordo com o Comité, a necessidade urgente de garantir o abastecimento exige flexibilidade na utilização transitória de combustíveis fósseis e hipocarbónicos. (mp)



UE precisa de mais investimento público em infraestruturas energéticas para combater alterações climáticas

A resposta da União Europeu à crise climática deve apostar em três linhas de ação: mobilizar financiamento, associar os cidadãos e o setor privado e mostrar uma forte liderança política. Esta é a mensagem veiculada por um parecer de iniciativa do CESE adotado na reunião plenária de setembro.

No parecer, elaborado por **Thomas Kattnig** e **Lutz Ribbe**, o CESE defende que para satisfazer a crescente procura de eletricidade e alcançar os objetivos climáticos, a UE tem investir mais em sistemas energéticos inteligentes assentes em fontes de energia renováveis, bem como em infraestruturas de armazenamento, um esforço para o qual todos têm de contribuir.

De acordo com a organização interprofissional do setor da eletricidade Eurelectric, a UE tem de duplicar o investimento na rede elétrica, para 55 mil milhões de euros por ano, e aumentar os fundos para a construção de capacidades de produção de energias limpas para 75 mil milhões de euros por ano.

«Precisamos de um investimento público maciço para cumprir os objetivos em matéria de transição energética e de clima. Trata-se de um esforço crucial para garantir a segurança do aprovisionamento, combater a pobreza energética, manter os preços acessíveis e criar emprego», afirmou **Thomas Kattnig**.

Quanto à futura organização dos sistemas energéticos e infraestruturas, o CESE concorda com a intenção da Comissão de melhorar a conceção do mercado da eletricidade e defende firmemente a realização de avaliações de mercado que analisem o comportamento de todos os potenciais intervenientes no mercado da energia. «Para conceber um mercado da energia eficiente, é fundamental que a Comissão avalie as vantagens e desvantagens da propriedade pública e privada e/ou do financiamento privado de infraestruturas energéticas», sustentou **Lutz Ribbe**.

Para financiar o investimento em infraestruturas, o CESE recomenda que se tributem os lucros inesperados das empresas do setor da energia e se aplique uma «regra de ouro» a todos os projetos ligados à

independência energética. (mp)



Cuidados de saúde de qualidade e a preços acessíveis para todos os europeus: «o modelo de sociedade que defendemos»

Num debate com Margaritis Schinas, vice-presidente da Comissão, durante a sua reunião plenária de setembro, o CESE instou a Comissão a ser ambiciosa na aplicação da nova Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados. O CESE colocou a tónica nos profissionais da saúde e na sua formação, bem como nas suas competências e condições de trabalho, e sublinhou que a criação de confiança é um pressuposto essencial para o êxito do Espaço Europeu de Dados de Saúde.

Na reunião plenária de 22 de setembro, o CESE organizou um debate sobre as iniciativas políticas da UE no domínio da saúde com o vice-presidente da Comissão Europeia e comissário responsável pela Promoção do Modo de Vida Europeu, **Margaritis Schinas**.
Na ocasião, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou que «o CESE apoia todas as iniciativas da UE para criar uma União Europeia da Saúde e para aumentar a resiliência e a preparação para eventuais ameaças futuras».

«Estamos determinados a mostrar que a saúde não representa apenas um domínio político entre outros, mas configura um aspeto essencial da nossa identidade, do modelo de sociedade aberta que defendemos e do modo de vida europeu», declarou, por seu lado, **Margaritis Schinas**.

O CESE, que foi a primeira instituição da UE a advogar a criação da União Europeia da Saúde, adotou pareceres sobre duas das iniciativas no domínio da saúde apresentadas recentemente pela Comissão, que visam garantir o acesso de todos os europeus a cuidados de saúde de qualidade e a preços acessíveis.

No Parecer – Espaço Europeu de Dados de Saúde, o CESE elogiou esta iniciativa como uma excelente oportunidade para capacitar as pessoas para acederem aos seus dados pessoais de saúde e controlarem estes dados. O CESE manifestou o seu apoio a uma campanha de comunicação pública em grande escala que ajude as pessoas a compreenderem os benefícios do processo de partilha dos dados pessoais de saúde e as inspire a terem confiança no sistema.

«A confiança é fundamental. Os cidadãos devem sentir-se tranquilos com a utilização dos seus dados quer para efeitos de melhoria dos serviços públicos quer, eventualmente, para lutar contra doenças e ajudar os investigadores a desenvolverem soluções inovadoras», afirmou o relator do parecer, **Gonçalo Lobo Xavier**.

O CESE adotou também o Parecer – Estratégia para o Pessoal de Saúde e a Prestação de Cuidados, em que apelou para uma estratégia de prestação de cuidados ambiciosa e centrada nas pessoas, que melhore os

serviços de saúde e os cuidados de longa duração em toda a UE e assegure padrões de qualidade iguais entre todos os Estados-Membros e as regiões de cada país. Propôs o lançamento de uma garantia europeia para a prestação de cuidados, a fim de assegurar que todas as pessoas que vivem na UE têm acesso a cuidados a preços comportáveis.

«O sistema de prestação de cuidados constitui um teste decisivo para o modo de vida Europeu, que deve ser socialmente justo e inclusivo», afirmou a relatora do parecer, **Zoe Tzotze-Lanara**.

Danko Relić, correlator do parecer, sublinhou a necessidade de dispor de pessoal de saúde motivado, com formação e competências adequadas. «Os profissionais de saúde devem ter boas condições de trabalho, uma remuneração adequada, horários de trabalho dignos, um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, bem como garantias de saúde e segurança no trabalho», sublinhou **Danko Relić**. (ll)



Luta contra a pobreza energética deve ser principal prioridade política dos países da UE

Perante o aumento provável do número de agregados familiares da UE incapazes de aquecer as suas casas e uma inflação homóloga dos preços da energia superior a 40%, o CESE, num parecer recente, exorta a UE e os Estados-Membros a adotarem medidas urgentes para prevenir e combater a pobreza energética.

O CESE exorta a União Europeia e os Estados-Membros a colocarem no topo das suas prioridades o acesso equitativo à energia e a segurança do abastecimento energético a preços comportáveis.

No Parecer – Luta contra a pobreza energética e reforço da resiliência da UE, adotado na reunião plenária do CESE em setembro, o Comité reconhece a importância que as iniciativas recentes da Comissão Europeia conferem à energia, entre as quais o pacote Objetivo 55, a aplicação do Pacto Ecológico Europeu e a Vaga de Renovação. Porém, o Comité adverte que, sem uma aplicação rápida e na ausência de compromissos e medidas concretas pelos Estados-Membros, tais iniciativas não serão suficientes para combater a crise atual.

«Deve adotar-se uma abordagem comum para compreender e combater a pobreza energética a nível da UE», afirmou **Ioannis Vardakastanis**, relator do parecer. «Tal abordagem pode conduzir a uma definição comum. Ao mesmo tempo, devemos deixar ao critério de cada Estado-Membro a conceção de soluções adaptadas às circunstâncias. Cabe-lhes assegurar que os mais vulneráveis não ficam sem apoio.»
As medidas nacionais para atenuar os efeitos negativos da subida dos preços nas categorias mais vulneráveis devem incluir apoios financeiros diretos e políticas sociais, ou incentivos e apoios para diminuir o consumo energético, consoante as circunstâncias específicas nacionais e locais.

A fim de assegurar uma abordagem verdadeiramente abrangente, o CESE apela para a criação de uma coligação política vasta e ambiciosa de luta contra a pobreza energética, cujas medidas seriam aprofundadas no âmbito de uma estratégia da UE. O seu objetivo seria reduzir a pobreza energética para

um nível mínimo até 2030 e erradicá-la a longo prazo.
A par das instituições da UE, tal coligação integraria as organizações da sociedade civil, incluindo as que representam as populações em maior risco de pobreza energética. Os órgãos de poder local e regional também devem participar.

O CESE salienta ainda a importância de investir nas energias renováveis e na eficiência energética, bem como na renovação em grande escala de edifícios. Os Estados-Membros, em colaboração com os órgãos de poder local e regional, devem dar prioridade a uma renovação profunda que conduza a uma poupança de energia superior a 60%. Este objetivo só será viável mediante um volume elevado de investimento privado. (II)



Orientações da Comissão para políticas de emprego dos Estados-Membros dão resposta adequada aos desafios mais urgentes

O CESE avaliou recentemente de forma positiva as orientações da Comissão Europeia para as políticas de emprego dos Estados-Membros, considerando-as adequadas na medida em que respondem às questões mais urgentes relativas ao mercado de trabalho.

Num parecer adotado na sua reunião plenária de setembro, o CESE salienta que a instabilidade geopolítica crescente, que deverá ter um impacto negativo na economia da UE, causando nomeadamente uma inflação elevada, a redução do poder de compra e a recessão da economia, requer uma ação decisiva dos Estados-Membros, que devem contribuir para um mercado único verdadeiramente integrado e ajudar as PME a expandir-se.

«Tendo em conta que a escassez de mão de obra está a recrudescer, consideramos que importa adotar medidas eficazes para incentivar os parceiros sociais a darem resposta às necessidades de competências a nível nacional, adaptando tais medidas a setores específicos e situações locais. A aquisição de aptidões e competências pertinentes é cada vez mais importante tanto para os trabalhadores como para as empresas», afirmou perante a plenária, **Mariya Mincheva**, relatora do parecer.

Segundo o CESE, há que conferir um maior papel aos parceiros sociais na conceção e na aplicação de reformas e políticas laborais, sociais e económicas, nomeadamente reforçando as suas capacidades.

No parecer, o CESE considera que reduzir a taxa de inatividade constitui um desafio importante e que a prestação de apoio específico é particularmente importante para as pessoas desempregadas de longa duração. O parecer também presta especial atenção ao fenómeno da pobreza no trabalho e sublinha a necessidade de adotar instrumentos políticos, como a definição de um salário mínimo adequado e a concessão de incentivos financeiros temporários e bem estruturados, associados a medidas específicas e eficazes de qualificação e melhoria das competências.

Importa igualmente reforçar as políticas destinadas a apoiar os jovens, as pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis no mercado de trabalho.
Em 2022, a Comissão Europeia propôs uma série de alterações às políticas de emprego dos Estados-Membros, que refletem iniciativas recentes e acrescentam novos elementos relacionados com a invasão da Ucrânia pela Rússia. O CESE congratula-se com a tónica colocada pela Comissão no ambiente pós-COVID-19, com vista a assegurar um crescimento sustentável.

As orientações modificadas abordam várias questões, como a dinamização da procura de mão de obra, a melhoria do acesso ao emprego e a aquisição ao longo da vida de aptidões e competências, a melhoria do funcionamento dos mercados de trabalho e da eficácia do diálogo social e a promoção da igualdade de oportunidades para todos. (ll)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Numa Europa envelhecida é fundamental aumentar o número de transferências de empresas bem-sucedidas

Por Mira-Maria Kontkanen, membro do Grupo dos Empregadores do CESE

Em comparação com as empresas novas, as empresas transferidas com êxito apresentam melhores resultados em termos de longevidade, volume de negócios, lucros, inovação e emprego. Embora haja boas razões para apoiar os empresários europeus em início de atividade, importa igualmente promover as transferências de empresas, a fim de manter a trajetória da Europa rumo à recuperação e ao crescimento.

A transferência de propriedade constitui uma etapa natural do ciclo de vida das empresas que se reveste de uma importância crescente devido ao envelhecimento dos empresários europeus. Anualmente, cerca de 450 mil empresas, representando dois milhões de trabalhadores, são objeto de transferência na Europa. No entanto, estima-se que, todos os anos, a transferência de cerca de 150 mil empresas possa não ser bem-sucedida, colocando em risco perto de 600 mil postos de trabalho.
O aumento do número de transferências bem-sucedidas de empresas produz benefícios imediatos na economia europeia. O desenvolvimento de ecossistemas de transferência de empresas e serviços de apoio a este processo permite não só salvaguardar os postos de trabalho europeus, como também promove a coesão económica e social nas zonas rurais e assegura uma variedade de produtos e serviços, bem como meios de subsistência nessas zonas. As transferências de empresas também contribuem para facilitar e impulsionar as transições ecológica e digital das micro, pequenas e médias empresas europeias, pois a transferência de propriedade é frequentemente um período de renovação nas empresas e de adoção de

novas formas de fazer negócios.

Ainda que caiba ao empresário a responsabilidade final pela transferência da empresa, importa envidar mais esforços a nível da UE e dos Estados-Membros para aumentar o número de transferências de empresas bem-sucedidas, nomeadamente:

- realizar ações de sensibilização, como a criação de uma semana dedicada à promoção de transferências de empresas e de fóruns nacionais de partes interessadas na transferência de empresas;
- criar um barómetro à escala da UE para apoiar a elaboração de políticas assentes em dados concretos a nível da UE e dos Estados-Membros;
- integrar, na educação para o empreendedorismo, informações especializadas sobre a aquisição e a sucessão de empresas e criar incentivos à transferência de pequenas empresas para jovens empresários;
- promover as transferências transnacionais de micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, através da interligação dos mercados de transferência de empresas de toda a UE.

A Europa deve traçar como objetivo alcançar um ponto em que a aquisição de uma empresa existente seja uma oportunidade tão atrativa e reconhecida como a criação de uma empresa. Isso só é possível se a UE e os Estados-Membros colocarem a promoção da transferência de empresas no centro das suas políticas de recuperação, crescimento e empreendedorismo.

Consulte o artigo integral na edição de setembro do boletim informativo do Grupo dos Empregadores. Pode consultar o *Parecer do CESE – A transferência de empresas enquanto fator de promoção da recuperação e do crescimento sustentáveis no setor das PME*, que teve como relatora Mira-Maria Kontkanen, aqui.



Pelo trabalho digno em todo o mundo: combater o trabalho forçado e melhorar as condições de trabalho nas cadeias de abastecimento europeias

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Apoiamos com firmeza a promoção do trabalho digno levada a cabo pela Comissão, mas manifestamos a nossa preocupação com algumas lacunas das propostas atuais, que poderão fazer com que a sua aplicação fique aquém do esperado.

Muitos europeus olham para o trabalho forçado como uma realidade distante. No entanto, trata-se de um problema muito mais próximo de nós do que pode parecer à primeira vista. Verificou-se que muitos dos produtos que utilizamos no nosso dia a dia – desde o vestuário aos telefones inteligentes – contêm materiais fabricados com recurso ao trabalho forçado.
Embora os esforços para reduzir e prevenir a escravidão moderna tenham provocado um declínio contínuo do número de pessoas em situação de trabalho forçado, esta tendência inverteu-se em 2016.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em 2021, havia 28 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado, ou seja, mais 10 milhões do que em 2016. Durante o mesmo período, o número de crianças entre os 5 e os 17 anos em situação de trabalho infantil aumentou em mais de 8 milhões, para um total de 160 milhões.

A União Europeia tem procurado utilizar a sua política comercial para travar a escravidão moderna fora das suas fronteiras, o que permitiu obter resultados importantes. No início do ano, após esforços conjuntos da OIT, UE, EUA, Alemanha e Suíça, a OIT declarou o Usbequistão livre de trabalho infantil e trabalho forçado.

Mais recentemente, a UE procurou reforçar os instrumentos que utiliza para lutar contra práticas laborais abusivas a nível internacional. Em fevereiro, a Comissão apresentou a sua Comunicação sobre o trabalho digno em todo o mundo, que reafirma o empenho da Europa na defesa de condições de trabalho dignas dentro e fora do seu território. A comunicação também identifica os domínios em que a Comissão tenciona reforçar os instrumentos atuais e futuros. A proposta de diretiva relativa ao dever de diligência das empresas pretende estabelecer a obrigação de os grandes empregadores fazerem face aos impactos adversos da sua cadeia de abastecimento no ambiente e nos direitos humanos. Além disso, no seu discurso sobre o estado da União, a presidente Ursula von der Leyen anunciou uma proposta que proíbe a comercialização no mercado da UE de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado.

Apoiamos com firmeza a promoção do trabalho digno levada a cabo pela Comissão, mas manifestamos a nossa preocupação com algumas lacunas das propostas atuais, que poderão fazer com que a sua aplicação fique aquém do esperado. São muitas as PME que não atingirão o limiar do número de trabalhadores ou do volume de negócios líquido que as incluiria no âmbito de aplicação da legislação. A utilização de uma terminologia vaga na diretiva compromete a sua eficácia, pelo que exige uma maior clarificação. A ausência de codificação das estruturas para o diálogo social acarreta o risco de causar a exclusão dos trabalhadores enquanto instrumento eficaz de supervisão. Os esforços da Europa para melhorar as normas laborais a nível mundial são muito nobres, mas resta saber se as suas propostas serão aplicadas de forma adequada. (lc)



Precisamos de sistemas de saúde e de prestação de cuidados centrados nas pessoas, nos seus direitos e nas suas necessidades

Por Danko Relić, membro do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE e relator do Parecer SOC/720

O desenvolvimento de sistemas de saúde e de prestação de cuidados fortes e resilientes na União Europeia só é possível com pessoal instruído, qualificado e motivado. Precisamos de sistemas de saúde e de prestação de cuidados centrados nas pessoas, nos seus direitos e nas suas necessidades.

Tal significa que importa incluir os cidadãos em todos os debates, consultas e decisões pertinentes. Se essas condições forem cumpridas, conseguiremos assegurar uma cobertura universal de saúde centrada nas pessoas e o «direito à saúde», tal como recomendado pela Conferência sobre o Futuro da Europa. Apenas desta forma é possível garantir a todos os europeus um acesso equitativo e sustentável a cuidados de saúde

preventivos e curativos de qualidade e a preços comportáveis.

No *Parecer – Estratégia para o Pessoal de Saúde e a Prestação de Cuidados* (SOC/720), adotado recentemente, o CESE apela para a criação de um serviço europeu de monitorização dos profissionais de saúde, destinado a ajudar os Estados-Membros a estabelecer e manter estruturas de planeamento, bem como a coordenar os aspetos transfronteiras do planeamento. Esse serviço teria por base o direito à livre circulação dos trabalhadores do setor da saúde. O Comité propõe também que se atualize o plano de ação para o pessoal dos setores da saúde e da prestação de cuidados na União Europeia, o que passa pelo planeamento e previsão integrados do pessoal no setor da saúde e da prestação de cuidados e pela melhoria das competências dos profissionais de saúde e de cuidados continuados, nomeadamente no âmbito das oportunidades proporcionadas pela digitalização.

Para mais informações sobre o Parecer SOC/720, consulte a página https://europa.eu/!9YgygW.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Perturbações geopolíticas à porta da Europa: a perspetiva da sociedade civil

No seminário anual do CESE para os comunicadores da sociedade civil, que terá lugar em Zagrebe, em 24 e 25 de novembro, serão analisadas as consequências da guerra na Ucrânia para a UE, abordando três questões complexas.

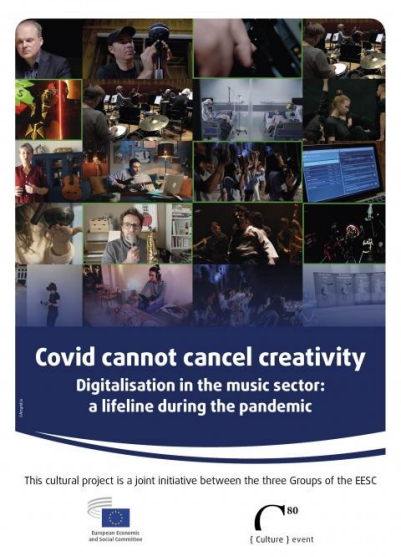
O seminário, subordinado ao tema «Perturbações geopolíticas à porta da Europa: a perspetiva da sociedade civil», debruçar-se-á sobre três aspetos fundamentais associados a esta guerra:

- **Alargamento da UE**: A guerra veio mudar o rumo do alargamento da UE? Até que ponto está a Ucrânia, agora um país candidato, preparada para aderir à UE? Em que medida é justo este tratamento especial, tendo em conta que há países candidatos que aguardam há anos para entrar na Europa? De que forma se enquadra a perspetiva de uma comunidade geopolítica europeia em todo este contexto?
- **Energia**: Num momento em que a UE vira as costas ao gás e ao petróleo mais baratos provenientes da Rússia e em que a indústria e os trabalhadores da Europa estão sob pressão, o que podem fazer os países da UE para ajudar as populações a ultrapassar a crise? Serão tentados a regressar ao carvão altamente poluente ou, pelo contrário, será esta uma oportunidade para acelerar a transição ecológica? Será a UE capaz de dirigir os seus países para saírem desta crise, como fez com a COVID-19?
- **Comunicação**: Sendo uma das principais armas desta guerra, a comunicação tem vindo a explorar todas as novas potencialidades geradas pela tecnologia. De que forma é que os dois lados opostos a utilizam? Quem está a ganhar nesta frente e como está a UE a lidar com a nova vaga de desinformação?

Espera-se a presença de excelentes oradores, como os jornalistas **Tim Weber**, especialista em desinformação divulgada em linha e criador da BBC Online, **Régis Genté**, coautor do livro «Volodymyr Zelensky: in the mind of a hero» [Volodymyr Zelensky: na mente de um herói], e **Dušan Gajić**, autor do documentário «The Graduates», que retrata a crise de identidade na Sérvia desencadeada pela guerra.

O seminário realiza-se no âmbito da série «Conectar a UE», que já vai no seu 16.º ano e que visa proporcionar uma plataforma em que os profissionais da imprensa e da comunicação oriundos de organizações da sociedade civil possam estabelecer contactos entre si, ao mesmo tempo que debatem questões atuais de interesse comum que afetam a Europa. Reúne membros do CESE e outros representantes da UE, organizações parceiras dos Estados-Membros, jornalistas e investigadores para debater as questões da atualidade.

O programa completo estará disponível em breve no sítio Web do CESE. O evento estará acessível apenas por convite e estão disponíveis alguns lugares para pessoas do setor que demonstrem interesse. Para obter um convite, queira escrever para o seguinte endereço: pressofficers@eesc.europa.eu. (dm)



Criatividade em tempo de COVID-19: o setor da música

O sítio Web do Comité Económico e Social Europeu (CESE) contém uma série de entrevistas em vídeo a profissionais da música, que explicam como a pandemia de COVID-19 mudou a sua atividade.

Os setores cultural e criativo foram dos setores mais afetados pela pandemia de COVID-19. No entanto, graças às ferramentas digitais, à criatividade e à inovação, os artistas puderam manter-se em contacto com o público. Criaram novas formas de conteúdos, em que exibiam as gravações em sua casa, estabelecendo uma relação mais pessoal com o seu público. Com a digitalização, a música passou a estar também mais acessível aos grupos marginalizados e vulneráveis.

Esta série de entrevistas, sob o título «A COVID-19 não pode cancelar a criatividade», analisa o modo como este setor se adaptou às medidas restritivas de saúde pública impostas pela COVID-19, utilizando de forma inteligente a digitalização e a inovação, como a pandemia veio acelerar a digitalização na área da música e como o impulso da inovação pode ser aproveitado após a pandemia. Pretende-se destacar, em especial, os benefícios da digitalização para o setor da música.

Numa iniciativa conjunta dos três grupos que compõem o CESE (Empregadores, Trabalhadores e Organizações da Sociedade Civil), este projeto demonstrará que a cultura é crucial, inclusive em tempo de crise, e que apoiar o setor e contribuir para a sua sobrevivência é essencial para a nossa sociedade e desempenhará um papel fundamental na trajetória de recuperação.

A iniciativa «A COVID-19 não pode cancelar a criatividade» será lançada oficialmente em 26 de outubro. Pode ver os vídeos aqui. (ck)



Exposição do CESE assinala 20.º aniversário da moeda comum europeia

«The Journey of the Euro» [A viagem do euro] consiste numa série de imagens que percorrem a história do euro. A exposição reúne material proveniente dos arquivos históricos da União Europeia, de informações fornecidas pela Comissão Europeia e de peças da coleção do Banco Nacional da Croácia.

As comemorações do 20.º aniversário do euro realizam-se num momento em que se debate a possível introdução de um euro digital e coincidem com um aumento do número de Estados-Membros da UE que utilizam o euro como moeda, já que a adesão da Croácia à área do euro está prevista para 1 de janeiro de 2023.

O projeto convida os visitantes a acompanharem a viagem desde o conceito inicial até à introdução efetiva de moedas e notas de euro e desafia o público a refletir e a compreender melhor a dimensão da importância de uma moeda única. É um símbolo da paz e também a personificação mais palpável da integração europeia.

A exposição está patente no CESE **de 5 a 31 de outubro de 2022**. (ck)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Daniela Marangoni (dm)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Luke Carroll (lc)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra

no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

11/2022